

Déa Carla Pereira Nery

JUSTIÇA



Direito Penal do Inimigo
versus
Direito Penal do Cidadão

Curitiba
Juruá Editora
2014

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-4916-2

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –

Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Nery, Déa Carla Pereira

N456 Justiça restaurativa: direito penal do inimigo *versus*
direito penal do cidadão./ Déa Carla Pereira Nery./

Curitiba: Juruá, 2014.

210p.

1. Justiça restaurativa. 2. Direito penal. I. Título.

CDD 345.05 (22.ed.)

CDU 344

000047

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| 1 – CONTROLE SOCIAL. O DIREITO COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL..... | 19 |
| 1.1 Considerações Prévias | 19 |
| 1.2 O Direito Penal como Sistema Normativo de Controle Social | 22 |
| 1.3 Controle Social e Direito Penal na Visão de Muñoz Conde | 24 |
| 1.4 A Norma Jurídica Penal. Elementos da Norma Penal..... | 28 |
| 1.4.1 Delito | 29 |
| 1.4.2 Pena | 30 |
| 1.5 Princípios e Fundamentos Teóricos do Direito Penal..... | 37 |
| 1.5.1 Princípio da legalidade | 37 |
| 1.5.2 Princípio da culpabilidade | 43 |
| 1.5.3 Princípio da pessoalidade e da individualização da pena | 44 |
| 1.5.4 Princípio da intervenção mínima | 45 |
| 1.5.5 Princípio da humanidade | 46 |
| 1.6 Política Criminal e Direito Penal Subjetivo | 47 |
| 1.7 Sociedade de Risco, Política Criminal e Direito Penal | 49 |
| 1.8 A Prevenção do Crime no Estado social e Democrático de Direito..... | 52 |
| 1.9 Análise Criminológica de Modelos e Sistemas de Reação Contra o Delito | 55 |
| 1.9.1 O modelo clássico..... | 56 |
| 1.9.2 O modelo ressocializador | 57 |
| 1.9.3 O modelo integrador. Conciliação e reparação..... | 59 |
| 2 – DIREITO PENAL DO INIMIGO X DIREITO PENAL DO CIDADÃO ... | 65 |
| 2.1 Considerações Prévias | 65 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 2.2 | Direito Penal do Inimigo..... | 69 |
| 2.2.1 | A tortura como meio legítimo para a obtenção de provas dentro do contexto do Direito Penal do inimigo | 72 |
| 2.3 | Direito Penal do Cidadão | 82 |
| 2.3.1 | Direitos fundamentais e direitos humanos..... | 83 |
| 2.3.2 | O reconhecimento da dignidade humana como fundamento da ordem política e da paz social..... | 87 |
| 2.4 | A Nova Defesa Social como Movimento de Política Criminal Humanista | 94 |
| 2.5 | O Direito Penal do Amigo na Visão de Beristain | 97 |
| 2.6 | A Vítima. Considerações Prévias | 98 |
| 2.7 | A Vitimologia. Normativa Internacional | 101 |
| 2.8 | A Vitimologia Criadora de Novos Direitos Humanos | 103 |
| 3 – | A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO MÉTODO DE CONTROLE SOCIAL SOB O ENFOQUE DO DIREITO PENAL DO CIDADÃO | 107 |
| 3.1 | Justiça Restaurativa. Teorias..... | 108 |
| 3.2 | Justiça Restaurativa. Breve Histórico | 110 |
| 3.3 | Justiça Restaurativa. Considerações. Princípios e Fundamentos | 114 |
| 3.4 | Justiça Retributiva X Justiça Restaurativa..... | 118 |
| 3.5 | A Insuficiência da Política Ressocializadora e o Efeito Estigmatizador da Prisão | 121 |
| 3.6 | Os Movimentos a Favor da Resolução Alternativa de Conflitos (ADR) | 123 |
| 3.7 | O Modelo de Justiça Restaurativa..... | 124 |
| 3.7.1 | O processo de diálogo | 125 |
| 3.7.2 | A participação das partes..... | 126 |
| 3.7.3 | Os acordos reparadores..... | 127 |
| 3.8 | A Mediação Penal..... | 127 |
| 3.8.1 | Conceito de mediação..... | 128 |
| 3.8.2 | Princípios informadores da mediação..... | 129 |
| 3.8.3 | Diferenças entre negociação, mediação, conciliação e arbitragem..... | 131 |
| 3.9 | Comentários em Favor da Justiça Recreativa, por Antonio Beristain | 133 |
| 3.10 | Polícia Restaurativa. Abordagem Conceitual. Desafios na Construção de uma Polícia Cidadã | 138 |
| 4 – | A JUSTIÇA RESTAURATIVA E SUA EFETIVIDADE NA ESPANHA E NO BRASIL | 149 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 4.1 | Considerações Prévias da Justiça Restaurativa na Espanha..... | 149 |
| 4.2 | O Projeto Valenciano..... | 150 |
| 4.3 | O Projeto em Barcelona..... | 152 |
| 4.4 | Experiências no <i>Juzgado de lo Penal 20 de Madrid, Juzgados de Instrucción 32 y 47 de Madrid, e Juzgado 3 de Pamplona</i> | 153 |
| 4.4.1 | Fase de contato | 155 |
| 4.4.2 | Fase de acolhimento (entrevista individual) | 156 |
| 4.4.3 | Fase de encontro dialogado (negociação de acordo) | 159 |
| 4.4.4 | Fase de acordo | 159 |
| 4.4.5 | Fase de seguimento..... | 160 |
| 4.5 | Normativa Europeia e Legislação Espanhola | 160 |
| 4.6 | Justiça Restaurativa no Brasil. Considerações Prévias | 163 |
| 4.7 | O Projeto em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) | 165 |
| 4.8 | O Projeto em Salvador (Bahia)..... | 166 |
| 4.9 | O Projeto de Mediação da Vara da Infância e Juventude de Guarulhos..... | 167 |
| 4.10 | Legislação Brasileira..... | 170 |

| | |
|-------------------------|-----|
| CONCLUSÕES | 175 |
|-------------------------|-----|

| | |
|--------------------------|-----|
| REFERÊNCIAS | 181 |
|--------------------------|-----|

| | |
|--------------------|-----|
| ANEXO | 189 |
|--------------------|-----|

| | |
|---|-----|
| RESOLUÇÃO 2002/12 DA ONU – PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA A UTILIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA EM MATÉRIA CRIMINAL..... | 189 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| Resolução 2002/12 – 37ª Sessão Plenária – 24 de Julho de 2002 | 189 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| Princípios Básicos para a Utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal | 191 |
|---|-----|

| | |
|-----------------|-----|
| PREÂMBULO | 191 |
|-----------------|-----|

| | |
|-----------------------|-----|
| I – Terminologia..... | 191 |
|-----------------------|-----|

| | |
|--|-----|
| II →Utilização de Programas de Justiça Restaurativa..... | 192 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| III – Operação dos Programas Restaurativos. | 192 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| IV. Desenvolvimento Contínuo de Programas de Justiça Restaurativa..... | 194 |
|--|-----|

| | |
|-------------------------------|-----|
| V. Cláusula de Ressalva | 194 |
|-------------------------------|-----|

| | |
|--------------------------------|-----|
| ÍNDICE ALFABÉTICO | 195 |
|--------------------------------|-----|